

**MARTINE, GEORGE (ED.) POPULAÇÃO E  
SUSTENTABILIDADE NA ERA DAS MUDANÇAS  
AMBIENTAIS GLOBAIS: CONTRIBUIÇÕES  
PARA UMA AGENDA BRASILEIRA. BELO  
HORIZONTE: ABEP, 2012. P. 319.**

*Maria Teresa Manfredo\**

*População e Sustentabilidade na Era das Mudanças Ambientais Globais* é um livro que defende que é dever de estudiosos de diversas áreas pesquisar as múltiplas facetas das transformações climáticas, informando o público a respeito das causas e prováveis efeitos desse processo. Concebido pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), sob edição do demógrafo George Martine, reúne artigos que contemplam a temática da interação da dinâmica demográfica com processos de desenvolvimento e mudanças ambientais.

Especialistas de diferentes áreas, tanto de dentro quanto de fora da comunidade científica, participam do livro. Entre os autores estão – além do próprio editor e dos co-organizadores Ricardo Ojima, Alisson Barbieri e Roberto Luiz do Carmo – nomes como Haroldo Torres, Heloísa Soares de Moura Costa, Rubens Ricupero, Carlos Vainer, Roberto Luis Monte-Mor, Bernardo Lanza Queiroz, Márcia Castro, Suzana Cavenaghi, José Marcos Pinto da Cunha, dentre outros.

---

\* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: mtmanfredo@yahoo.com.br.

Os artigos estão divididos em quatro grupos temáticos: Demografia, economia e a sociedade sustentável; Cidades, culturas e mudanças climáticas; Avanços e desafios nas regiões de ocupação mais recente; As trilhas e os compromissos do futuro.

Em linhas gerais, são abordadas questões como a queda da fecundidade das mulheres brasileiras, o código florestal, a equidade de gêneros, a transição urbana, as implicações da construção a usina de Belo Monte, economia verde, saúde, desmatamento, planejamento urbano, comercialização da biodiversidade, dentre outros temas atuais. De acordo com o editor, estes seriam pontos geradores de impacto sobre os hábitos de vida produção e consumo e que, portanto, precisariam ser priorizados em qualquer debate ambiental.

De maneira mais específica, podemos mencionar, por exemplo, o artigo *Cultura do consumo e desenvolvimento na era de mudanças climáticas*, de autoria de George Martine, Haroldo Torres e Leonardo Mello. Nele, os autores destacam que a ideia de sustentabilidade exige mudanças de atitudes, de comportamento e de políticas que são difíceis de serem adotadas diante de um paradigma de desenvolvimento que propaga uma cultura de consumo.

Ao focarem o caso do Brasil, os autores elucidam que, do ponto de vista ambiental, nosso país representa um microcosmo do grande dilema que afeta a humanidade no século XXI. Na última década, graças a uma série de políticas macroeconômicas e sociais, tem-se conseguido aqui reduzir as taxas de pobreza e de desigualdade. O resultado positivo se refletiria mais visivelmente no aumento do consumo das chamadas classes C e D brasileiras.

Segundo Martine, Torres e Mello, o maior acesso a bens de consumo destas classes e a trajetória da redução da pobreza podem constituir tendências animadoras. Mas o crescimento de contingentes consumidores funda, de outro lado, uma ameaça ambiental. Estabelece-se, assim, uma difícil situação: negar o acesso a bens de conforto a um enorme segmento populacional historicamente excluído parece inaceitável; no outro extremo, a tarefa de redução do consumo de classes sociais mais abastadas

(que muitas vezes definem consumo como felicidade e qualidade de vida), parece impossível. Trata-se, assim, de um dilema civilizatório de grandes dimensões em que questões a respeito da cultura do consumo, da desigualdade social e da mudança ambiental se chocam.

Diversos artigos do livro tentam desmanchar consensos. Exemplo disso seria o de Eduardo Marandola intitulado *Quatro razões para não falar sobre desastres ambientais urbanos*, quando afirma que “a verdade é que os desastres como inundações e escorregamentos não são provocados pelos eventos climáticos, hidrometeorológicos para usar o termo mais preciso. Não se trata de eventos naturais, razão pela qual a expressão desastres naturais é no mínimo imprecisa. A causa deles é a forma das cidades, que são completamente despreparadas para enfrentar nosso clima.” (p. 154). Marandola busca, assim, reforçar que os chamados desastres naturais são, antes de tudo, desastres causados pela ação humana.

O artigo *Equidade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos: implicações para a sustentabilidade e a erradicação da pobreza*, de Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves, também quebra opiniões ingênuas no que diz respeito a este tema, quando reforça que os problemas ambientais ou o círculo macroeconômico que gera a situação de pobreza não podem ser restringidos a um mero problema de crescimento populacional.

Assim, considerar o que diz o senso comum (por exemplo, que as mulheres pobres são as grandes culpadas pelo crescimento da população pobre e, logo, pela degradação ambiental), ou mesmo desconsiderar o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos em decisões sobre sustentabilidade ambiental é permanecer reproduzindo desigualdades de gênero.

Continuar repetindo este tipo de discurso menos reflexivo seria fazer recair

sobre as mulheres o dever de regular a fecundidade e limitar o tamanho da prole para atender à nova lógica das demandas do sistema econômico, quando

o Estado não oferece adequadamente os meios para efetivar a autodeterminação reprodutiva e possibilitar uma vida sexual livre, prazerosa e sem doenças sexualmente transmissíveis. (p. 296).

Num balanço geral, a maioria dos artigos do livro enfatiza que a consideração dos processos demográficos fica muitas vezes relegada ao destaque do notável crescimento populacional, em números absolutos (exemplo disso seria o imenso destaque que foi dado pela mídia mundial sobre a chegada aos sete bilhões de habitantes no planeta – alerta Martine, na apresentação da obra). Os autores convergem na opinião de que a dinâmica demográfica é bem mais complexa do que uma questão de crescimento populacional.

No que diz respeito aos processos ambientais, os autores destacam que a carência de discussões mais complexas para tratar da relação entre fatores populacionais e aquecimento global disseminaria teorias que banalizam a complexa dinâmica entre seres humanos, tecnologia, desenvolvimento econômico e as mudanças climáticas. Popularizam-se, desse modo, considerações simplificadas de que se reduzirmos o ritmo de crescimento demográfico, também diminuiríamos os impactos das mudanças ambientais. Os autores do livro em questão alertam, portanto, que é preciso considerar os aspectos demográficos como um todo (e não apenas o volume ou crescimento populacional). Neste sentido, transformações nos padrões e hábitos de vida contemporâneos, a chamada transição urbana, independentemente do aumento ou não do número de pessoas no globo, implicaria o aumento do volume de emissões de gases de efeito estufa, por exemplo.

Com artigos diversificados que tratam de diferentes temas dentro da interação da dinâmica demográfica com processos de desenvolvimento e mudanças ambientais, podemos apontar que um dos méritos do livro é a existência de uma coerência de posicionamentos. Tal feito se torna ainda mais notável se considerarmos que essa coerência é difícil de ser atingida quando

se trata de um volume que reúne autores de diversas áreas, buscando derrubar inúmeros consensos em torno do tema central.

Entretanto, assim como toda virtude pode trazer consigo algo de exagero, vale observar que o livro não contempla a pluralidade de posicionamentos. Em outras palavras, apesar de não se pretender negar a importância de *População e Sustentabilidade na Era das Mudanças Ambientais Globais*, talvez a carência de visões mais radicais e, quiçá, utópicas em torno do tema central seja seu ponto frágil. Por exemplo, em nenhum momento aparece a visão de que para enfrentar os conflitos em torno dos problemas climáticos – e a crise ecológica em geral – é preciso uma mudança radical e estrutural da sociedade que altere de maneira marcante os hábitos de consumo, o modo de produção e nossa visão do que seja a natureza e o meio ambiente.

Por fim, outro mérito do livro é a busca em estabelecer diversos diálogos. A demografia brasileira vem se dedicando, há pelo menos vinte anos, a analisar as relações entre dinâmica populacional, processos de desenvolvimento e meio ambiente. Contudo, e conforme o próprio editor do livro reforça, a difusão destes trabalhos tem sido pequena fora do meio acadêmico. Assim, a promoção de debates que relacionem a problemática ambiental global com a problemática ambiental local, ou busque aproximar a academia do grande público, o saber demográfico das questões ambientais mais atuais é sempre um esforço importante e válido.